

ACTA Nº 3

- - - Aos dez dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, no Teatro Municipal Sá de Miranda desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Manuel Pinto Costa e Arlindo Manuel Sobral Ribeiro, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. -----

- - - A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, José Maria da Cunha Costa. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Vítor Manuel Castro de Lemos, Ana Margarida Ferreira da Silva, Joaquim Luís Nobre Pereira, Maria José Afonso Guerreiro da Silva, Francisco Manuel Marques Franco e Maria Ilda da Costa Figueiredo -----

- - - Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença de 55 deputados municipais conforme documento que se junta sob o número 1. -----

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. -----

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:-----

PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.º 169/99, DE

MANDATO 2013-2017

18 DE SETEMBRO:- Vasco Vilar (PSD), pelo período de 1 dia; Marta Ligeiro (CDU), pelo período de oito dias. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de substituição. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. Os referidos Deputados Municipais foram substituídos pelos eleitos que se seguem na correspondente lista, respetivamente Maria do Sameiro Alves Pereira de Sá (PSD) e João Filipe Magalhães Moreira (CDU), que iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais tendo em atenção que se encontravam presentes na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. -----

- - - **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N.º 1 ART.º 38.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO,** do Presidente da União de Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Sta. Leocádia, Moreira) e Deão que se faz substituir por José Alves Lima e tendo em atenção que se encontrava presente na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciou de imediato as suas funções como Deputado Municipal. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 2. -----



PONTO 1

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ENVC FACE AO ANÚNCIO DO DESPEDIMENTO COLECTIVO DOS 620 TRABALHADORES ANUNCIADO PELO SR. MINISTRO DA DEFESA

- - - A Presidente da Assembleia informou que face ao anúncio do Sr. Ministro da Defesa do encerramento dos ENVC e do despedimento colectivo dos cerca de 620 trabalhadores desta empresa de construção naval, a única em laboração no país, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, reunida extraordinariamente no dia 4 de Dezembro, decidiu, por unanimidade, realizar esta reunião extraordinária, nos termos do nº 1 do artigo 28º da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com o que dispõe o nº 2 dos artigos 21º e 22º do Regimento, tendo como ponto único da Ordem do Dia, "A análise da situação dos ENVC face ao anúncio do despedimento colectivo dos 620 trabalhadores anunciado pelo Sr. Ministro da Defesa". Esclareceu ainda que por se tratar de situação excepcionalmente grave para os trabalhadores, para Viana do Castelo, a região e o país requer esta temática um profundo esclarecimento, tendo ainda a Comissão Permanente deliberado que esta sessão tomaria a forma de um painel de intervenções para o qual foram convidados a participar:- ➔ O Sr. Ministro da Defesa; ➔ O representante da Administração dos ENVC; ➔ o representante da Comissão de Trabalhadores dos ENVC; e, ➔ de pleno direito, o Presidente da Câmara de Viana do Castelo. Foi ainda, deliberado que às intervenções do painel se atribuisse o tempo regimental de 60 minutos, seguido da intervenção dos agrupamentos políticos para a qual se atribui também 60 minutos. De seguida, referiu que se regista duas ausências no painel, tendo os respectivos convidados apresentado as

MANDATO 2013-2017

seguintes justificações:- 1. Gabinete do Ministro da Defesa remeteu o ofício nº 4494/CG, de 10 de Dezembro, via fax, lamentando a ausência por motivos de agenda, e coincidir com a reunião da iniciativa 5+5 defesa. 2. Da administração dos ENVC, que remeteu o mail, que seguidamente se transcreve:- “Exm^a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Acuso a receção do amável convite para participar num painel de oradores numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar pelas 21h do próximo dia 10 de Dezembro, que agradeço. Embora se compreenda a pertinência e importância do tema em análise no PAINEL, não se considera oportuna, de momento, a nossa participação. Haverá certamente novas oportunidades para o debate. Creia-nos com consideração. Jorge Camões”. Feito este esclarecimento a Presidente da Assembleia lamentou que os mais directos responsáveis por esta ameaça de calamidade social, produtiva e económica, se tenham mais ou menos subtilmente escusado a esclarecer os vianenses, aqui legitimamente representados pelos seus eleitos, passando de seguida a palavra ao Sr. António Costa, representante da Comissão de Trabalhadores dos ENVC e de seguida ao Eng. José Maria Costa, Presidente da Câmara de Viana do Castelo. Findas estas intervenções, deu conhecimento de que chegou à Mesa uma Moção (doc. nº 3), subscrita pelos Agrupamentos Políticos do PS, CDU, CDS/PP e JFI, que será lida e posta a votação no final das intervenções dos Agrupamentos Políticos, das quais se registou a intervenção dos seguintes deputados municipais:- José Carlos Freitas. João Paulo Carvalhido (doc. nº 4), Martinho Cerqueira, Luís Palma, João Moreira (doc. nº 5), Eduardo Viana, Presidente da Câmara. Por último, interveio o deputado Eduardo Viana em defesa da honra. - - - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a Moção apresentada tendo sido aprovada por maioria, com 46 votos a favor dos Agrupamentos do PS, CDS/PP, CDU e JFI e 9 abstenções do Agrupamento do PSD. -----

- - - Pelo deputado Eduardo Viana foi proferida declaração de voto. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - De seguida, a Presidente da Assembleia, em cumprimento do estabelecido no nº 1 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, fixou um período de 30 minutos para intervenção aberta ao público, tendo-se registado as seguintes intervenções:- Abel Viana, na qualidade de trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Pires Viana, ex-trabalhador dos ENVC e José Luís Cambão, trabalhador dos ENVC, tendo todos abordado o tema da situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que a mesma foi lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes, pelo que foi deliberado aprovar a mesma. -----

- - - E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----



(DOCUMENTO Nº 1)
FOLHA DE PRESENCAS
2013/2017

10-12-2013

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM
Maria Flora Moreira da Silva Passos da Silva (PS)	<i>Maria Flora Moreira da Silva</i>	
José Carlos Coelho Resende da Silva (PS)		
Luís Manuel de Miranda Palma (PS)	<i>Luís Manuel de Miranda Palma</i>	
Maria Emília Magalhães Barbosa (PS)	<i>Maria Emília Magalhães Barbosa</i>	
Manuel Pinto Costa (PS)	<i>Manuel Pinto Costa</i>	
Manuel Augusto de Jesus Lima (PS)	<i>Manuel Augusto de Jesus Lima</i>	
Ana Maria Ribeiro Novo (PS)	<i>Ana Maria Ribeiro Novo</i>	
José Emílio da Rocha Antunes Viana (PS)	<i>José Emílio da Rocha Antunes Viana</i>	
Amândio Araújo Passos Silva (PS)	<i>Amândio Araújo Passos Silva</i>	
Inês Maria Coelho Alves (PS)	<i>Inês Maria Coelho Alves</i>	
Paulo Jorge Costa Lains (PS)	<i>Paulo Jorge Costa Lains</i>	
António da Silva Moreira (PS)		
Catarina Silva Castro (PS)	<i>Catarina Silva Castro</i>	
Porfírio Neves Afonso (PS)	<i>Porfírio Neves Afonso</i>	
Eduardo Jorge do Paço Viana (PSD)	<i>Eduardo Jorge do Paço Viana</i>	
Ana Maria Branco Palhares Lopes Lima (PSD)	<i>Ana Maria Branco Palhares Lopes Lima</i>	
Vasco Alfredo Rodrigues Vilar (PSD)		
João Fernando Rodrigues da Cruz (PSD)	<i>João Fernando Rodrigues da Cruz</i>	
Marília Florencia de Sousa Nunes (PSD)	<i>Marília Florencia de Sousa Nunes</i>	
Joaquim Viana da Rocha (PSD)	<i>Joaquim Viana da Rocha</i>	
Duarte Filipe da Silva Ribeiro Martins (PSD)	<i>Duarte Filipe da Silva Ribeiro Martins</i>	
Barbara Luize Iacovino Barreiros (PSD)	<i>Barbara Luize Iacovino Barreiros</i>	
Agostinho Lobo de Carvalho (PSD)	<i>Agostinho Lobo de Carvalho</i>	
José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas (CDS/PP)	<i>José Carlos Rego da Silva Oliveira Freitas</i>	
António Gonçalves da Silva (CDU)	<i>António Gonçalves da Silva</i>	
Martinho Martins Cerqueira (CDU)	<i>Martinho Martins Cerqueira</i>	
Marta da Conceição Alves Silva Ligeiro (CDU)		
António José Rodrigues Soares Basto (CDU)	<i>António José Rodrigues Soares Basto</i>	



FOLHA DE PRESENCAS

2013/2017

10-12-2013

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS SUPLENTES	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM
Victor Manuel Abreu Barbosa - (PS)		
Elsa Arieira Ruivo - (PS)		
Tiago José da Cunha Martins - (PS)		
Tomás da Conceição Lima Ribeiro - (PS)		
Joana Rio da Silva - (PS)		
Marsal da Silva Pereira - (PS)		
Noé Martins Rocha - (PS)		
Carlota Gonçalves Borges - (PS)		
Ricardo Nuno Sá Rego - (PS)		
Ricardo Jorge Ponte de Matos Carvalhido - (PS)		
Maria da Luz Araújo Assunção - (PS)		
Elidio Matos de Carvalho - (PS)		
António Miguel Cubo da Costa - (PS)		
Maria Manuela de Oliveira Passos da Silva - (PS)		
Luis Miguel Lima Teixeira - (PS)		
Fernando Manuel Armada Garcês - (PS)		
Maria Gabriela Miranda Felgueiras Portela - (PS)		
Rui Manuel Gonçalves Franco - (PS)		
Victor Manuel Abreu Barbosa - (PS)		
Elsa Arieira Ruivo - (PS)		
Tiago José da Cunha Martins - (PS)		
Maria do Sameiro Alves Pereira de Sá - (PSD)		
Carlos Alberto Azevedo da Rocha - (PSD)		
Paulo de Azevedo Vilaverde Ribeiro - (PSD)		
Dora Filipa Montenegro Ramos - (PSD)		
Pedro Manuel de Oliveira Campos Monteiro Vaz - (PSD)		
Victor José da Costa Lima - (PSD)		
Elsa Cristina Lima Amado - (PSD)		
Manuel Hermenegildo Ribeiro da Costa - (PSD)		
Jorge Gomes Pereira - (PSD)		
Vanessa Daniela Tomé de Mateus Ferreira - (PSD)		
Lionel Queirós Miranda Marques - (PSD)		
João Paulo Dias Carvalho - (PSD)		
Mónica Maria Ruivo Rodrigues Viana - (PSD)		
Ricardo da Cunha São João - (PSD)		
Vera Cristina Lopes da Silva Escaleira - (CDS/PP)		
Nuno José Pereira Dias da Silva Loureiro - (CDS/PP)		
João Miguel Alves de Almeida - (CDS/PP)		
Sofia do Vale Oliveira - (CDS/PP)		
João Filipe Magalhães Moreira - (CDU)		
Maria Helena Adrião de Castro Brito - (CDU)		
Sebastião João Neiva Rego Lopes - (CDU)		
Augusto Cândido Vaz da Costa Ranha - (CDU)		
Carla Maria dos Santos Lemos - (CDU)		
João António de Sousa Correia - (CDU)		
Maria Gracinda de Brito Gonçalves - (CDU)		
Augusto Manuel Alves Silva - (CDU)		



FOLHA DE PRESENÇAS

2013/2017

10-12-2013

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

JUNTA DE FREGUESIA/ UNIÃO DE FREGUESIAS	PRESIDENTE	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM
AFIFE – (I)	Arlindo Manuel Sobral Ribeiro		
ALVARÃES – (PS)	Fernando Alberto Vilarinho Martins		
AMONDE – (PSD)	José Paulo Coelho do Órfão		
AREOSA – (PS)	Rui Miguel da Silva Mesquita		
CARREÇO – (I)	João Nuno Amorim de Pinho		
CASTELO DE NEIVA – (PSD)	Paulo Jorge Dias Torres		
CHAFÉ – (I)	António de Oliveira Lima		
DARQUE – (PS)	Joaquim Dantas Afonso Perre		
FREIXEIRO DE SOUTELO – (PSD)	Luís Augusto Canas Lourenço		
LANHESES – (PSD)	Filipe Manuel Castro da Rocha		
MONTARIA – (PSD)	Carlos Manuel Correia Pires		
MUJÃES – (I)	José Duarte Gonçalves da Silva Oliveira		
OUTEIRO – (I)	José Manuel Vieira Morais		
PERRE – (I)	Vasco Augusto de Lima Morais Cerdeira		
STª MARTA PORTUZELO – (PSD)	Paulo José Calçada Maciel		
SÃO ROMÃO DE NEIVA – (PSD)	Manuel Rodrigues Salgueiro		
BARROSELAS E CARVOEIRO – (PS)	Rui Miguel Barbosa de Sousa		
CARDIELOS E SERRELEIS – (I)	Manuel Correia Castilho		
GERAZ DO LIMA (STA. MARIA, STA. LEOCÁDIA, MOREIRA) E DEÃO – (I)	Armindo Dias Fernandes		
MAZAREFES E VILA FRIA – (PS)	Manuel Dias Viana Barreto		
NOGUEIRA, MEIXEDO, VILAR DE MURTEDA - (I)	Rui Alexandre Vieira Maciel		
SUBPORTELA, DEOCRISTE E PORTELA SUSÃ – (I)	David Meira Veiga		
TORRE E VILA MOU – (PSD)	Filipe Mendes Costa		
VIANA DO CASTELO (SANTA MARIA MAIOR, MONSERRATE) E MEADELA-CDU	José António Gonçalves Ramos		
VILA DE PUNHE – (PS)	António Manuel Marques Cunha Costa		
VILA FRANCA – (I)	João Paulo Rocha Carvalhido		
VILA NOVA DE ANHA – (PSD)	Rui Jorge Ribeiro Martins de Matos		



FOLHA DE PRESENÇAS

2013/2017

10-12-2013

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

JUNTA DE FREGUESIA/ UNIÃO DE FREGUESIAS	NOME/NIF Substituição nos termos da alínea c) nº 1 artº 38º da Lei nº 169/99, 18 Setembro	REGISTO DE ENTRADA	PONTO ORDEM
AFIFE – (I)			
ALVARÃES – (PS)			
AMONDE – (PSD)			
AREOSA – (PS)			
CARREÇO – (I)			
CASTELO DE NEIVA – (PSD)	XXXX		
CHAFÉ – (I)			
DARQUE – (PS)			
FREIXEIRO DE SOUTELO – (PSD)			
LANHESES – (PSD)			
MONTARIA – (PSD)			
MUJÃES – (I)			
OUTEIRO – (I)			
PERRE – (I)			
STª MARTA PORTUZELO – (PSD)			
SÃO ROMÃO DE NEIVA – (PSD)			
BARROSELAS E CARVOEIRO – (PS)			
CARDIELOS E SERRELEIS – (I)			
GERAZ DO LIMA (STA. MARIA, STA. LEOCÁDIA, MOREIRA) E DEÃO – (I)	<i>Três de Maio de 2014</i>	<i>[Signature]</i>	
MAZAREFES E VILA FRIA – (PS)			
NOGUEIRA, MEIXEDO, VILAR DE MURTEDA - (I)			
SUBPORTELA, DEOCRISTE E PORTELA SUSÁ – (I)			
TORRE E VILA MOU – (PSD)			
VIANA DO CASTELO (SANTA MARIA MAIOR, MONSERRATE) E MEADELA – (CDU)			
VILA DE PUNHE – (PS)			
VILA FRANCA – (I)			
VILA NOVA DE ANHA – (PSD)			



Assembleia Municipal de Viana do Castelo

EDITAL

MARIA FLORA MOREIRA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia **10 de Dezembro** corrente (**Terça-Feira**), com início pelas **21 horas**, realizar-se-á no **Teatro Municipal Sá de Miranda**, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão extraordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS ENVC FACE AO ANÚNCIO DO DESPEDIMENTO COLECTIVO DOS 620 TRABALHADORES ANUNCIADO PELO SR. MINISTRO DA DEFESA

Mais faz público, que para esta sessão extraordinária foram convidadas as seguintes individualidades:-

- Ministro da Defesa
- Representante da Administração dos ENVC
- Representante da Comissão de Trabalhadores dos ENVC
- Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director de Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 5 de Dezembro de 2013

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Handwritten signature of Maria Flora Moreira Silva Passos Silva in blue ink.

(DOCUMENTO Nº 3)

Moção

O anúncio feito recentemente pelo ministro da defesa nacional em que pretende encerrar os ENVC e despedir os seus cerca de 620 trabalhadores, não pode deixar de ser amplamente debatida entre a comunidade Vianense pois que tal pretensão, visa destruir uma empresa com 69 anos de vida ao serviço da construção e reparação naval, uma referência regional e uma universidade de vida de muitos milhares de vianenses.

Esta decisão é um brutal ataque a todos os trabalhadores e às famílias que deles dependem mas também é um ataque à região do Alto Minho, onde esta empresa é um pilar do desenvolvimento. Os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, dando trabalho directo a 620 trabalhadores, são o garante de milhares de outros empregos no concelho e no distrito.

Pelo exposto, e considerando que ao tentar liquidar uma empresa viável e estratégica da indústria nacional com capacidade de projeto e tecnologicamente preparada para responder às exigências de qualidade impostas pelos padrões atuais da construção naval mundial, o governo de Portugal não só prossegue uma destruição do tecido produtivo como hipoteca irreparavelmente o desenvolvimento económico do país e da região de Viana do Castelo.

Assim, a Assembleia Municipal perante tal opção premeditada e envolta num secretismo duvidoso, reunida em sessão extraordinária no dia 10 de Dezembro de 2013, decide:

- 1. - Manifestar o seu mais vivo repúdio por tal decisão;**
- 2. - Solicitar ao Senhor Primeiro Ministro a imediata suspensão de tal intenção;**
- 3. - Reforçar o pedido de uma reunião urgente do Sr. Presidente da Câmara com o Sr. Primeiro Ministro;**

A Assembleia Municipal de Viana do Castelo, a 10 de Dezembro de 2013.



(DOCUMENTO Nº 4)

Sra. Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa;

Sr. Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores;

Srs. Deputados Municipais;

Ilustres colegas, Presidentes de Junta;

Caros camaradas e amigos, trabalhadores dos Estaleiros Navais;

Minhas senhoras e meus senhores.

Brusca e inesperada, o país tomou conhecimento da intenção do governo de extinguir os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e despedir os seus mais de 600 trabalhadores.

Sabia-se que essa era uma das hipóteses equacionáveis, considerando o perfil ideológico do Governo e a sua aversão a tudo o que é setor público. No entanto, subsistia a esperança de que os nossos governantes seriam sensíveis à grande importância dos Estaleiros Navais como empresa indispensável a uma verdadeira estratégia para o mar e importantíssima para a economia da nossa região e do país. Chegados a esta situação e quando a nação se vê confrontada com uma *luta de galos* sobre quem é mais ou menos culpado pela situação a que os Estaleiros chegaram, é justo dizer que ninguém está totalmente ilibado de culpas.

Em todo este processo, os trabalhadores foram, indubitavelmente e a uma enorme distância, os menos culpados. Não obstante esta realidade, são os que foram e estão a ser, mais uma vez, o parente pobre do sistema, eles que nunca se regatearam a esforços para ajudar a ultrapassar os problemas com que a empresa se tem confrontado, ao longo da sua história.

Foi assim na década de 70, quando foi ultrapassado o efeito altamente negativo causado pela forte desvalorização da moeda nacional, num contrato celebrado

antes do 25 de Abril, com um armador norueguês, e que, por imposição governamental, foi realizado escudos.

Quando em 1974 propõe aos trabalhadores que se organizem para se poder estabelecer um clima de diálogo e paz social, a administração de então demonstra uma visão estratégica que, infelizmente, este governo não tem. Foi neste contexto, que em 1976, devido à crise energética que se fez sentir, os trabalhadores, sem exigir qualquer contrapartida, aceitaram iniciar a atividade uma hora e meia mais cedo que o habitual. Foi, também, neste clima de paz social que a pedido da administração e dos trabalhadores, a 11 de setembro de 1975, os ENVC foram nacionalizados.

No início dos anos 80, devido a uma das maiores crises dos 37 anos da existência dos Estaleiros Navais, se não a maior crise, os trabalhadores foram, mais uma vez, chamados a efetuar esforços suplementares. Aproveitando uma conjuntura favorável, em colaboração com a administração, conseguem estrondosos resultados financeiros que fazem com que os Estaleiros Navais de Viana do Castelo sejam considerados pelo jornal "Diário de Notícias" a empresa do ano em 1984 e pelo jornal "O Expresso" superempresa do ano em 1985.

Em 13 de dezembro de 1986 dá-se o falecimento do Dr. Luis Lacerda, Presidente do Conselho de Administração dos ENVC e pessoa muito respeitada e ouvida na esfera governamental. Este era o homem que considerava, cito: tenho plena confiança nas qualidades de trabalho do pessoal da empresa, com a certeza de que os seus trabalhadores saberão corresponder às solicitações que projetam os Estaleiros para uma situação que permita a substancial melhoria das suas condições de vida – anseio que bem merece ser satisfeito".

Em 1992 os Estaleiros Navais entram numa escala descendente fruto da conjuntura internacional e da nomeação politizada de gestores.

Em 15 de Outubro de 2002, no ato de assinatura do contrato para a construção de dois Navios Patrulha Oceânicos, o chefe do governo, Dr. Durão Barroso, afirmava: “Portugal é muito bom em construção naval! O governo reafirma a sua aposta nos estaleiros navais de Viana do Castelo, onde há muitos anos se sabe construir meios navais militares e onde cada operário é um caso de competência”. Os trabalhadores dos Estaleiros Navais não necessitavam desta afirmação para terem consciência da qualidade do seu trabalho e da sua competência profissional, mas é sempre bom e motivador, ver o seu valor reconhecido por uma personalidade como o Primeiro-ministro de Portugal.

Em 2004, os representantes dos trabalhadores elaboram e entregam à administração um documento que além de chamar a atenção para a complicada situação em que os Estaleiros se encontram, sugere medidas para alterar o rumo seguido na Empresa. Este documento, que pretendia ser uma base de trabalho, foi considerado importante ao longo de 5 anos, mas nunca foi estudada a possibilidade de ser posto em prática.

Mesmo assim, quando em 2005, devido ao aprofundamento da crise económico / financeira, os trabalhadores são chamados a colaborar na recuperação da empresa, voltam a responder afirmativamente. Aceitaram que se lhes retirassem direitos, sujeitando-se a horários desconformes, determinados de acordo com as circunstâncias do momento e a crise que se vivia. Este esforço foi, todavia, insuficiente para corrigir a incompetência da gestão que então era adotada.

E temos como exemplo maior, o célebre caso do navio Atlântida. Quando um dia alguém, de forma livre, imparcial e despolitizada, escrever a história dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, ir-se-á saber porque é que o projeto deste navio não foi concebido nos ENVC e foi entregue a uma empresa russa; porque é que não foram assumidas equitativamente as responsabilidades pela instabilidade do navio e dos trabalhos realizados para corrigir essa anomalia; quem foram e quais os motivos dos principais intervenientes neste processo do Atlântida; quais as

pressões e as comissões que se formaram, ao nível da Assembleia Regional dos Açores, para dificultar o andamento normal deste processo e qual o verdadeiro motivo da retirada do navio dos ENVC, em agosto de 2011, quando a quase totalidade dos trabalhadores se encontrava de férias.

Ir-se-á também saber porque é que o Anticiclone, o outro navio para o arquipélago açoriano, se encontra totalmente desmembrado pelos Estaleiros Navais e o seu equipamento acondicionado e a apodrecer na empresa.

Mas na abordagem da história deste grande construtor naval, também se saberá qual o verdadeiro motivo porque foi dado mais crédito a uma sensibilidade dos trabalhadores, do que a outras. Porque é que o plano de reestruturação designado como o plano do Dr. Veiga Anjos nunca foi alvo de apresentação e discussão junto dos trabalhadores e porque é que, segundo notícias da altura, esse plano foi apresentado à Empordef no início de fevereiro de 2011 e só na segunda quinzena de junho desse mesmo ano se soube da previsível extinção de entre 380 a 420 postos de trabalho, principal motivo de mobilização dos trabalhadores para as lutas que se vieram a desenvolver.

Ir-se-á, com certeza, também saber os verdadeiros motivos que levaram à nomeação de um comissário político, desculpem de um Presidente do conselho de administração para os ENVC que prometeu aos trabalhadores, em plenários setoriais, colocar a empresa a trabalhar em pleno e, imagine-se, reativar setores que haviam sido extintos. O mesmo que queria fazer com que os trabalhadores não tivessem férias nos meses de julho, agosto e setembro de 2012, devido, segundo ele, à enorme carga de trabalho previsível para essa altura. Ir-se-á ainda saber o que levou à aceitação desta ideia, por quem de direito.

Quando no tempo for tempo de assumir verdades, certamente também se saberá quais os compromissos que este governo assumiu para fechar os ENVC e entregar à Martifer os terrenos e respetivos equipamentos. Ir-se-á saber porque se

determinou o próximo mês de Janeiro para que esta empresa assumira a responsabilidade pela subconcessão, porque foram reativadas e decorrem em forte ritmo as obras na área da oficina de pré-montagem e se afirma que está para chegar um navio carregado de chapas e perfis para os asfalteiros tendo até já sido encomendada a máquina principal para um dos navios. Vai-se também saber sobre quem vão recair as responsabilidades pela construção destes navios que, segundo parece, com as dimensões devidas, se poderão tornar num novo BPN. E, muito provavelmente, também se vai saber a razão porque se anulou o contrato com os Estaleiros Navais para a construção de navios militares e agora se houve falar na contratualização de navios para a Marinha portuguesa, por parte da Martifer.

E com certeza, vamos também saber onde param os milhões a que os Estaleiros tinham direito no âmbito das contrapartidas pela compra dos submarinos e porque jazem na empresa toneladas de sucata, vinda da Alemanha para reequipar os ENVC.

Sra. Presidente

Não se pode deixar de considerar altamente ofensivo para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo o silêncio do Sr. Ministro da defesa quando, após a denúncia, unilateral, dos contratos com os ENVC para a construção de cinco lanchas de fiscalização costeira para a Marinha vê, pouco tempo depois, o Presidente da Empordef, Sr. Vicente Ferreira propor em Angola a construção de 10 lanchas de fiscalização costeira no Arsenal do Alfeite, cinco para Portugal e cinco para Angola.

Hoje soube-se que afinal a criação de 400 postos de trabalho anunciados pela Martifer no final do passado mês de novembro e que se transformaram em 1000 nos primeiros dias do mês em curso, afinal não irão ultrapassar os 160, nos próximos três anos.

Se a este tipo de atitude juntarmos o argumento apresentado pelo Sr. Ministro da Defesa, ao que hoje se sabe totalmente falso e esfarrapado, de termos que devolver à União Europeia 181 milhões de euros, poderemos analisar quão criminosa é a decisão que o governo tomou para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Bem longe destas inqualificáveis manobras, foi com a qualidade do trabalho efetuado e o elevado sentido de responsabilidade que os trabalhadores dos ENVC se afirmaram pelo mundo inteiro e fizeram com que os Estaleiros Navais fossem reconhecidos como uma empresa especializada na área da construção e reparação naval.

Está, pois, mais que provado que os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo estão, como sempre estiveram, disponíveis para defender a empresa. Que é possível, mais uma vez, retirar os Estaleiros da difícil situação em que se encontram.

Haja vontade política, acabem-se com os falsos argumentos e mentiras, nomeiem-se gestores competentes, com espírito de serviço e vontade de colocar os Estaleiros Navais de Viana do Castelo a criar riqueza e esta empresa voltará a ser, sem qualquer margem para dúvidas, uma forte unidade de desenvolvimento regional e nacional. É por isso imperativo que o governo revogue a decisão de acabar com os Estaleiros Navais e adote uma posição mais consentânea com os interesses nacionais.

Sabe-se que é necessário reestruturar. Sabe-se que essa reestruturação pode levar à redução do efetivo da empresa. Portanto, utilize-se o diálogo, evitem-se os conflitos sociais e o empobrecimento da região e faça-se o que é necessário fazer: salvem-se os Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Paulo Carvalhido, Presidente da Junta de freguesia de Vila Franca

(DOCUMENTO Nº 5)

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa
Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Exma. Vereação
Exmos. Senhores Deputados Municipais

A actual situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo é exemplar da forma como o nosso governo abdica dos interesses nacionais.

Todos os dias ouvimos falar da importância estratégica do mar para o desenvolvimento nacional, mas o que temos assistido em relação a esta empresa é um exemplo escandaloso de sabotagem económica, um autentico crime contra uma empresa pública estratégica, os seus mais de 600 trabalhadores e as suas famílias, contra a região de Viana do Castelo e contra a economia nacional.

A encomenda dos navios patrulha para a marinha, tão necessários para a defesa das nossas águas territoriais, ficou apenas pela construção de dois navios e foi cancelada pelo governo em nome da crise. A encomenda dos dois navios asfalteiros para a Venezuela, que por si só garantiam a viabilidade da empresa, foi posta deliberadamente de lado.

O caso dos navios encomendados pelo Governo Regional dos Açores é paradigmático: um está a apodrecer no Arsenal do Alfeite, à espera de comprador, e o outro nem sequer foi construído.

O que acontece é que tanto o governo do PS, antes, como o do PSD/CDS, agora, pela mão de sucessivas administrações de confiança política, têm sido responsáveis pela destruição dos Estaleiros até ao ponto em que chegamos, onde o governo promove a liquidação da empresa com o despedimento de todos os trabalhadores, para concessionar os terrenos a uma empresa privada que não dá o mínimo de garantia quanto à viabilização da empresa e quanto ao direito dos seus trabalhadores e à manutenção dos seus postos de trabalho.

O PCP, através do seu grupo parlamentar, tem apresentado diversas iniciativas no sentido de viabilizar esta importante empresa do nosso aparelho produtivo, procurando travar o processo da sua privatização e desmantelamento, com o objectivo de salvaguardar os direitos dos trabalhadores. Propostas essas que foram rejeitadas pelos partidos da troika: PS, PSD e CDS.

Apresentámos também, mais recentemente, uma proposta para a formação de uma comissão de inquérito parlamentar, no sentido de apurarmos responsabilidades políticas e administrativas pela situação dos Estaleiros Navais.